



MAGISTÉRIO: COMO OCORREU A SUA FEMINIZAÇÃO NO BRASIL?

Jamille Arnaut Brito Moraes¹

RESUMO: *A dicotomia existente entre os papéis exercidos pelos sexos feminino e masculino é perceptível em diversas atividades desempenhadas diariamente. Essa assimetria entre os gêneros é observada no espaço escolar, o qual é constituído eminentemente por professoras em seu corpo docente. Entretanto, muitas questões concernentes a essa discrepância não são discutidas, e portanto, mais do que reconhecer que existe a feminização do magistério, é necessário compreender o porquê de sua existência. O presente artigo se propõe a debater as questões referentes à constituição do magistério brasileiro como profissão majoritariamente composta por mulheres.*

Palavras-chave: Magistério; Feminização; Educação formal.

INTRODUÇÃO

A instrução escolar destinada às mulheres sempre ocorreu diferenciadamente da referente aos homens. Desta maneira, torna-se pertinente fazer um retrospecto histórico acerca da educação dispensada à mulher no Brasil, destacando especialmente algumas mudanças ocorridas no século XX, a fim de melhor compreender por que esta educação formal sempre lhe foi preterida.

Investigar a constante presença da mulher no contexto educacional do magistério pressupõe compreender como funcionava este tipo de educação ainda no século XIX, já que, somente a partir do século seguinte, este gênero começou a ocupar o espaço reservado ao ensino de forma majoritária.

Em geral, a associação feita em relação às ocupações femininas reduzia-se a tarefas ligadas ao lar, além de ser estereotipada, a mulher, como provida de uma dedicação “obstinada” e “vocacional” para cuidar dos filhos, como resultado do casamento. Sendo assim, o lugar destinado à mulher era o lar, tanto para cuidar deste como da possível prole, o que justificava a tendência das mulheres serem consideradas frágeis, delicadas, amorosas; idéias decorrentes da característica de maternidade. Este instinto maternal relacionado à mulher possibilita às pessoas compreenderem que o exercício do magistério era a única profissão conciliável com os afazeres domésticos. Sendo assim, “percebe-se como as mulheres acabam sendo influenciadas por receber essas representações e agem de acordo com elas” (RABELO; MARTINS, 2006, p. 6167).

Mesmo que a condição social feminina não estivesse favorável, como em alguns casos ainda não o é, as mulheres batalharam em prol de mudanças concernentes à valorização de sua identidade, através de movimentos contestatórios e obtiveram resultados favoráveis a si, como a conquista de direitos que já lhe foram negados há tempos. Sua luta não acaba aqui, esta é uma

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), mestranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), bolsista de Mestrado CNPq. E-mail: milly8fs@yahoo.com.br. Categoria: Autor.



reivindicação constante pela garantia de melhores oportunidades de salário, de condições de trabalho, enfim, de uma vida mais profícua.

A despeito dessas atribuições de inferiorização da mulher é que urge discutir na atualidade o seu papel na esfera educacional, para que questões como a valorização do magistério também venha a ser compreendida.

DESENVOLVIMENTO DO TEMA DO TRABALHO

Antes de adentrar no âmbito nacional brasileiro para explicar as origens das oposições apresentadas entre homens e mulheres, é importante situar num contexto social mais amplo a condição de profissionalização feminina.

O homem ocupava predominantemente as funções de magistério, ainda no século XIX. No entanto, a partir da expansão do capitalismo e devido à necessidade de mais mão-de-obra do que já fora disponível, o espaço de trabalho da mulher foi modificado. Então, neste momento, ao ser acrescida a exigência de trabalhadores para a indústria, a mulher sente a necessidade de complementar sua renda e, por isso, ausentar-se de casa.

Conforme Aranha (1996), entretanto, a mulher encontrava-se submissa ao homem neste período, visto que eles já comandavam muitos trabalhos e por isso mesmo as mulheres tinham que se submeter a ofícios aviltantes, assim como as crianças e recebendo salários míseros para este fim, além de acumular horas de trabalho sobre-humanas (de 14 a 16 horas diárias). Por isso, em 8 de março de 1857 (por isso é conhecido como o Dia Internacional da Mulher), um grupo de operárias de uma indústria têxtil de Nova York fez uma passeata em favor da redução da carga horária de trabalho para 12 horas e por este motivo foram reprimidas pela polícia.

Através do que fora exposto, a Revolução Industrial representou uma mudança significativa de relação da mulher com o trabalho. Logo:

Se antes este trabalho estava mais vinculado à agricultura e à produção social de seres humanos, baseada numa divisão sexual do trabalho que designava o homem à esfera da produção de bens e a mulher à esfera da reprodução, com o advento do capitalismo esta ordem foi subvertida e se estabeleceu uma ruptura no modo de produção feudal, dando margem a uma nova sociedade baseada na relação capital *versus* trabalho (LIMA, 2005, p. 250).

Mas esta inserção da mulher no mercado de trabalho também provocou, por outro lado, a difusão de um público leitor feminino, já que uma crescente massa de mulheres era alfabetizada na Europa neste momento, segundo Lyons (1999).

Já no âmbito nacional, no período que o Brasil ainda era colônia portuguesa, não existia educação formal destinada às mulheres. A educação foi usada como instrumento de aculturação, já que a coroa intentava dominar os índios, a partir de sua catequização, difundindo os seus ideais cristãos. Os primeiros colégios foram criados pelos jesuítas e destinavam-se somente à formação dos meninos. Neste momento, as mulheres eram doutrinadas nas capelas e igrejas. Segundo Aranha (1996), entre 1678 e 1685 algumas mulheres já eram educadas em conventos,



poucas, porém, e o conhecimento trabalhado se resumia a prendas domésticas e rudimentos de leitura e escrita.

Na Bahia, os pais ricos colocavam suas filhas nos conventos sob a justificativa da existência escassa em casas de educação, mas intentavam com isso evitar casamentos indesejados, por motivos como incompatibilidade da posição econômica e condição social. As freiras foram responsabilizadas pela instrução feminina, haja vista o reduzido número de professoras, as quais, inclusive, não eram capacitadas para o exercício do ensino. Ainda assim, vale ressaltar que os conventos pouco contribuíram para a emancipação feminina, visto que buscavam muito mais a conversão à vida religiosa do que propriamente a instrução educativa.

Diante da escassez de mulheres brancas para procriação, o governo colonial determinou que os recolhimentos religiosos iriam tratar da ação educativa em detrimento de instruí-las para religião. Conforme é abordado por Torres e Santos (2001), que consideram este tipo de educação destinada à mulher como somente uma maneira de adequá-la ao ambiente formal e legitimado de saber, pois lá eram desenvolvidas habilidades e conhecimentos imprescindíveis ao convívio no mundo intelectualizado, tornando-a menos distante do homem.

Já que a nossa sociedade é patriarcal, a mulher provocou uma ruptura ao sair do lar, pois esta sempre se encontrara dominada pelo senhor, chefe da família. Assim, sua saída representou uma primeira possibilidade de libertação do julgo masculino, exercido por este senhor.

É importante elucidar que tanto a influência do senhor como a manifestação da Igreja e Estado convergiam para a submissão da mulher e corroboravam, pois, que a mesma deveria limitar-se ao *locus* privado, já que não se pretendia mudar a configuração da estrutura familiar senhorial vigente. Ao passo que a família real chega ao Brasil em 1808, começam a surgir algumas escolas laicas para as meninas provenientes da elite e são contratadas preceptoras de Portugal, França e posteriormente da Alemanha para educá-las em casa.

Após a Independência do Brasil, a educação foi se popularizando e o ensino tornou-se público e gratuito, incluindo as mulheres. Conforme Rabelo e Martins (2006), a mulher obteve o direito de ser instruída e frequentar a escola primária em 1827, ano em que foi instituída a primeira lei do ensino. A partir de então, a formação de professores do sexo feminino urgia, pois docentes e discentes deveriam ser do mesmo sexo.

Contudo, a organização curricular das escolas masculinas e femininas era diferenciada, o que justificava, por exemplo, não existir a disciplina Geometria no ensino destinado às meninas. Desde este momento, já se notava a diferenciação conferida a professoras e professores, pois o maior salário destes últimos era compreendido haja vista o diferente arranjo curricular. Assim, embora também concedida à mulher a instrução, esse ensino restringiu-se ao 1º grau, ratificando a discriminação sexista. A maioria ainda não tinha acesso a essa instrução, exceto as provindas das classes influentes e abastadas.

O incentivo oferecido pelo governo à expansão da participação feminina no magistério não foi inocente. À medida que se garantia acesso de todos ao ensino, era necessário reduzir custos com a educação e como as mulheres ganhavam salários inferiores, e os homens não se submetiam a receber menos, esta era a solução: elevar o número de professoras. Além disso, a mulher parece ser dotada de uma vocação para a qual o ensino é um campo de trabalho natural e



cabe ao homem, desse modo, procurar espaços ainda não desvalorizados pelo feminismo. Esta conclusão é evidenciada pelo pensamento de Catani (*apud* RABELO; MARTINS, 2006, p. 6171):

Para que a escolarização se democratizasse era preciso que o professor custasse pouco: o homem, que procura ter reconhecido o investimento na formação, tem consciência de seu preço e se vê com direito à autonomia — procura espaços ainda não desvalorizados pelo feminino. Por outro lado, não se podia exortar as professoras a serem ignorantes, mas se podia dizer que o saber não era tudo nem o principal. Exaltar qualidades como abnegação, dedicação, altruísmo e espírito de sacrifício e pagar pouco: não foi por coincidência que este discurso foi dirigido às mulheres.

Pode-se perceber que a escolha profissional é fortemente influenciada pelas representações sociais, as quais apontam que as profissões induzidas pela “emoção” referem-se às mulheres, enquanto que as relacionadas à “inteligência” associam-se aos homens. As idéias positivistas corroboram com essa relação que se faz entre magistério e mulher, sendo esta considerada “naturalmente” favorecida para cuidar de crianças. Dessa forma:

Ao investigar os motivos que levaram as mulheres ao curso Normal e quais as brechas deixadas pelas leis ou pela sociedade que permitiram que elas rompessem essas barreiras e ocupassem esse espaço, concluímos que diante dessas dificuldades, foi-se permitindo a participação feminina nesta atividade. Essa participação servia para equacionar os problemas existentes, pois, só uma população condicionada à doação a ao amor ao próximo poderia abraçar a educação nos moldes de sacerdócio, como tinha sido realizada pelos padres Jesuítas (LIMA, 1996, p. 123).

Então, especialmente a partir da segunda metade do século XX, as mulheres ocupam de forma veemente o campo profissional que a ela foi “oportunizado” (por interesses que já foram elencados), especialmente as oriundas da classe média e condições financeiras subalternas. Ainda no início deste mesmo século, a formação da mulher era associada a atividades domésticas; entretanto, paulatinamente, esse foco foi mudando por conta dos interesses governamentais em incluí-la na nova proposta de ensino apresentada. Até meados da década de 1930, o único ofício considerado digno para a participação feminina era o magistério, o qual também a permitia conciliar com as atividades domésticas. Além disso, era vetado a quem cursava o normal também ter acesso a cursos superiores. Assim, restavam às mulheres continuar no magistério, sem ter possibilidades de escolher sequer outro curso, limitando a sua gama, vias e áreas do conhecimento. Somente a partir da década de 1940 foi permitido que elas frequentassem cursos de Filosofia e posteriormente, em 1953, foi estendido aos demais cursos superiores.

Diante da maciça participação feminina na docência, a presença masculina nos cursos normais foi impedida através do decreto 7941, promulgado em 1943 no Distrito Federal (nesta época, era o Rio de Janeiro). A estes eram destinados cargos ascendentes na área educacional, pois eram considerados melhores líderes e abandonando cada vez mais o espaço da sala de aula. Como se pode notar:

Demartini e Antunes (1993) lembram que as circunstâncias que determinaram o processo de feminização do magistério foram marcadas por atitudes



preconceituosas como diferenças salariais, curriculares e o conceito de “vocação”, induzindo as mulheres à escolha de profissões menos valorizadas socialmente frente às *profissões masculinas* (RABELO; MARTINS, 2006, p. 6173).

Tal processo foi sendo ainda mais desvalorizado, ao passo que se cristalizava a justificativa de já possuir, a mulher, um “dom” para ensinar e seu salário, que já era ínfimo, poderia ainda ser menor, já que cabia ao homem ser o provedor da família, restando somente a esse ter valorização salarial. Essa acentuada feminização ainda vem acontecendo e contribuindo ainda mais para a desvalorização desta área. Torna-se pertinente lembrar que a docência era uma atividade masculina e associá-la como natural à mulher é esquecer de onde ela provém. O paternalismo também continua a acompanhar essa profissão. Isso pode ser observável quando a figura do professor é lembrada como o intelectual, enquanto a professora é associada a uma tia (vista como uma extensão da família, refletindo a presença das emoções em seu ensino). Vê-se que a denominação maternal não foi dada aleatoriamente, ela está imbuída desta concepção positivista que compreende a mulher como professora porque possui um “instinto” materno natural.

CONCLUSÃO

É notória que a inserção da mulher nas salas de aula, tanto enquanto estudante como quanto professora, ocorreu de forma retardada em relação ao homem. A este eram reservados os espaços de legitimação do poder, ao passo que a mulher, inquestionavelmente, deveria se ocupar de tarefas do lar.

Além disso, adentrar no magistério não foi uma opção feminina, mas lhe foi a única apresentada naquele momento. Logo, cabe aqui a seguinte observação: o magistério continua sendo desvalorizado em termos econômicos, e diferente de outrora, quando os homens assumiam majoritariamente a posição de professores, o ensino não confere mais *status*, já que é a mulher quem ocupa a grande maioria dos espaços escolares na atualidade.

Enfim, é importante evidenciar que o presente artigo não se propõe a questionar o interesse pessoais que motivaram as mulheres em atuar como professoras, mas pretende desmistificar que a opção profissional é norteadas por uma suposta vocação. Para ser compreendido por que houve a feminização do magistério, é necessário compreender os interesses que estão muito além de um caractere biológico e, principalmente, quais foram as oportunidades oferecidas a estas mulheres. É preciso rever, portanto, as representações sociais que se faz acerca do homem e da mulher.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria. L. de A. Educação da mulher. In: **Filosofia da educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996, p.90-100.



LIMA, Marta. M. L. As mulheres e o século XX: transformações e conquistas. In: FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho (Org.). **Ensaio sobre educação, sexualidade e gênero**. Salvador: Helvécia, 2005, p. 249-271.

_____. **Magistério e condição feminina**: um estudo sobre a identidade de gênero no ICEIA. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFBA, Salvador, 1996.

LYONS, Martin. **Os novos leitores do século XIX**: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.

RABELO, A. O; MARTINS, A. M. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério. In: VI **Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006, p. 6167-6176.

TORRES, C. R. Vaz; SANTOS, M. A. dos. A educação da mulher e a sua vinculação ao Magistério. In: PASSOS, Elizete Silva (Org.). **Ensaio sobre gênero e educação**. Salvador: UFBA, 2001, p.129-141.